



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 2

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 2 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e Organização; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-303-3

DOI 10.22533/at.ed.033190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte II” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE HISTÓRIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: APONTAMENTO DA LITERATURA ESPECIALIZADA (2013-2018)	
Erita Evelin da Silva Silva Wilma de Nazaré Baía Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.0331903041	
CAPÍTULO 2	12
A FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PREPARA SEUS DISCENTES PARA SEREM BOM DOCENTES?	
Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem Arthur Ferreira da Costa Lins	
DOI 10.22533/at.ed.0331903042	
CAPÍTULO 3	24
A GESTÃO ESCOLAR CIRCUNSCRITA AO ÂMBITO DO CONSUMO DE DROGAS, SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA BAHIA: ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL NOVA DE SUSSUARANA, HOJE COM O NOME DE COLÉGIO ESTADUAL DEPUTADO HERCULANO MENEZES	
Rosana Corrêa Paim	
DOI 10.22533/at.ed.0331903043	
CAPÍTULO 4	37
A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA ABORDADA EM UMA COLEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS	
André Fellipe Queiroz Araújo Franklin Fernando Ferreira Pachêco Andreza Santana da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0331903044	
CAPÍTULO 5	49
A IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE TRABALHO, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS NA EEMTI MÁTIAS BECK – FORTALEZA/CE	
Roberta Kelly Santos Maia Pontes	
DOI 10.22533/at.ed.0331903045	
CAPÍTULO 6	60
A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, SOB O OLHAR DO SUPERVISOR DE ENSINO	
Eliani Cristina Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0331903046	
CAPÍTULO 7	70
A IMPLEMENTAÇÃO DO BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	
Rayssa dos Santos Oliveira Mesquita Monique Vieira Amorim Bandeira Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.0331903047	

CAPÍTULO 8	81
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA ESCOLAR COMO CRESCIMENTO E FORMAÇÃO DE LEITORES CRÍTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Nair Alves dos Santos Silva Rozineide Iraci Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0331903048	
CAPÍTULO 9	91
A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA E SUA ATUAÇÃO NO CONTEXTO HOSPITALAR	
Jeffrey da Silva Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.033190304	
CAPÍTULO 10	96
A IMPORTÂNCIA DE AULAS EXPERIMENTAIS NO APRENDIZADO DE QUÍMICA NO ENSINO MÉDIO	
Ana Paula Vieira de Camargos Rafael Eduardo Vansolini de Oliveira Mirian da Silva Costa Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.03319030410	
CAPÍTULO 11	100
A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA DE 0 A 3 ANOS: IMPLICAÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO CULTURAL E DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA	
Natália Navarro Garcia Marta Silene Ferreira Barros	
DOI 10.22533/at.ed.03319030411	
CAPÍTULO 12	111
A IMPORTÂNCIA DO MINICURSO SOBRE PLANTAS MEDICINAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Danielle Feijó de Moura Tamiris Alves Rocha Marllyn Marques da Silva Maurília Palmeira da Costa Maria das Graças Rodrigues da Silva Dayane de Melo Barros	
DOI 10.22533/at.ed.03319030412	
CAPÍTULO 13	116
A IMPORTÂNCIA DO TEMA ADOÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE DO PROFESSOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Vanessa Dantas Vieira Marcos Antonio Vieira da Silva Gilmara Lupion Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.03319030413	
CAPÍTULO 14	123
A IMPORTÂNCIA DOS ENCONTROS FORMATIVOS PARA A REFLEXÃO DO PROFESSOR QUE LECIONA CIÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS	
Letícia dos Santos Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.03319030414	

CAPÍTULO 15 135

A IMPORTÂNCIA EXPERIMENTAL DA DINÂMICA NEWTONIANA COMO OBJETO DE COMPREENSÃO DE FENÔMENOS NATURAIS DE NOSSO COTIDIANO

David Kelvin Galindo Gonçalves
José Celiano Cordeiro da Silva
Janduir Clécio Miranda de Carvalho
Hugo Elbeer Xavier Da Silva
Joaci Galindo

DOI 10.22533/at.ed.03319030415

CAPÍTULO 16 145

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Francismara Janaina Cordeiro de Oliveira
Jéssica Maria Rosa da Cunha
Elizabeth Regina Streisky de Farias

DOI 10.22533/at.ed.03319030416

CAPÍTULO 17 158

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO TERCEIRO E QUARTO CICLOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA LUDOVICENSE: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA PROVER A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Diná Freire Cutrim

DOI 10.22533/at.ed.03319030417

CAPÍTULO 18 164

A INFLUÊNCIA DAS IMAGENS ANIMADAS NO ENSINO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS - UM MECANISMO PARA AUXILIAR NA COGNIÇÃO DO CÉREBRO

Bruno Oliveira Sodré Lima
Rebeca César Santos Gonçalves
Toni Alex Reis Borges

DOI 10.22533/at.ed.03319030418

CAPÍTULO 19 175

A INFORMÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO DA MATEMÁTICA

Joyce Fernandes de Araújo
Cicefran Souza de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.03319030419

CAPÍTULO 20 187

A LEI 13.278/16 E A OBRIGATORIEDADE DA LINGUAGEM MUSICAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERCEPÇÕES DO PROFESSOR DE REFERÊNCIA

Vanessa Weber

DOI 10.22533/at.ed.03319030420

CAPÍTULO 21 198

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM PAUTA NAS SIGNIFICAÇÕES DE ESTUDANTES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE NOÇÕES SOCIAIS E PROCESSOS DE GENERALIZAÇÃO

Julise Franciele de Carvalho Freire
Francismara Neves de Oliveira
Tania Paula Peralta
Leandro Augusto dos Reis
Carlos Eduardo de Souza Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.03319030421

CAPÍTULO 22 212

A MATEMÁTICA E A ESCOLA ATUAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS

Sarah Karolyne Vilarim Flôr da Silva
Severina Andrea Dantas de Farias

DOI 10.22533/at.ed.03319030422

CAPÍTULO 23 223

A METODOLOGIA ATIVA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Martuse Sousa Ramos Arão
Alene Mara França Sanches Silva
Isabela Araújo Lima
Vera Maria Dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.03319030423

CAPÍTULO 24 231

A MÚSICA COMO MÉTODO DE ENSINO EM GEOGRAFIA

Michele Alves de Araujo
Carla Milena de Moura Laurentino
Rahyan de Carvalho Alves

DOI 10.22533/at.ed.03319030424

CAPÍTULO 25 243

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Gildene do Ouro Lopes Silva
Denise Andrade Moura de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.03319030425

CAPÍTULO 26 251

A PRESENÇA DA ARGUMENTAÇÃO EXPLICATIVA E DA ARGUMENTAÇÃO JUSTIFICATIVA NOS CONTEÚDOS DE 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD/2017

Claudiene dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.03319030426

CAPÍTULO 27	261
A RÁDIO NA ESCOLA COMO RECURSO MIDIÁTICO DE INSERÇÃO DAS CRIANÇAS NOS PROCESSOS DE AUTORIA	
<p>Bruna Meinheim Demis Miguel Stiller Jessica Dos Santos Müller Josiane Marcia Teixeira Jordelina Beatriz Anacleto Voos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.03319030427	
CAPÍTULO 28	271
A REORGANIZAÇÃO DO PENSAMENTO NO ESTUDO DAS FUNÇÕES LOGARÍTMICAS ATRAVÉS DO GEOGEBRA	
<p>Karine Socorro Pugas da Silva Marcus Túlio de Freitas Pinheiro</p>	
DOI 10.22533/at.ed.03319030428	
CAPÍTULO 29	280
A SIMULAÇÃO REALÍSTICA EM PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA COMO ESTRATÉGIA EDUCACIONAL NO AMBIENTE HOSPITALAR: FORMANDO UM CUIDADO SEGURO	
<p>Andreyana Javorski Rodrigues Maria Magaly Vidal Maia Priscyla Dayane das Chagas Lira Juliana Lemos Zaidan Elvira Santana Amorim da Silva</p>	
DOI 10.22533/at.ed.03319030429	
CAPÍTULO 30	289
A SOBREVIVÊNCIA NOS RESTOS DE ALIMENTOS: O LIXO QUE ALIMENTA	
<p>Brenda Lorrany Rosa da Silva Martins Jarlandia Cristina Lira de Carvalho Mary Rose de Assis Moraes Couto</p>	
DOI 10.22533/at.ed.03319030430	
CAPÍTULO 31	298
A TRANSDISCIPLINARIDADE NA POÉTICA DO MOVIMENTO PARA ALÉM DO COTIDIANO ESCOLAR	
<p>Ericka Guimarães Telles João Ricardo Aguiar da Silveira Denise Rocha Corrêa Lannes</p>	
DOI 10.22533/at.ed.03319030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	304

A INFLUÊNCIA DAS IMAGENS ANIMADAS NO ENSINO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS - UM MECANISMO PARA AUXILIAR NA COGNIÇÃO DO CÉREBRO

Bruno Oliveira Sodré Lima

Instituto Federal da Bahia

Jacobina – Bahia

Rebeca César Santos Gonçalves

Instituto Federal da Bahia

Jacobina – Bahia

Toni Alex Reis Borges

Instituto Federal da Bahia

Jacobina - Bahia

RESUMO: Com base nos déficits comprovados por instituições como o Banco Mundial sobre a educação brasileira e, principalmente, pela necessidade que se tem de compreender as leis como cidadão desse país, surge a proposta de elucidar as normas constitucionais por meio de imagem animada. Para isso foi necessário realizar questionamentos com finalidade de comprovar a dificuldade das pessoas em compreender as leis, e assim conseguiu-se possível perceber sua linguagem complexa como um dos maiores empecilhos. Em seguida, o processo de planejamento da animação com construção de roteiro e, logo após a produção de imagens a mão. Então se iniciou a parte prática para obtenção do produto final que se planeja ter até o final do ano, mas até o dado momento já se dispõe das imagens vetorizadas como quadros-chave para se organizar e aprimorar.

PALAVRAS-CHAVE: Animação, Leis,

Dispositivos.

ABSTRACT: Based on the deficits evidenced by institutions such as the Banco Mundial about Brazilian education and, especially, the need to understand the laws as citizens of that country, the proposal to elucidate the constitutional norms is presented through an animated image. For this, it was necessary to question the purpose of proving the difficulty of the people in understanding the laws, and thus it was possible to perceive its complex language as one of the major obstacles. Then the process of planning the animation with construction of script and, soon after the production of images by hand. Then started the practical part to obtain the final product that is planned to have until the end of the year, but until the given moment the vectorized images are already available as key frames to organize and improve.

KEYWORDS: Animation, Laws, Devices.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil se encontra num contexto de recentes manifestações e expressões populares a respeito dos direitos e, tem-se como necessário e fundamental conhecê-los para que cada pessoa, enquanto cidadã possa tomar as medidas cabíveis para

atender suas necessidades civis. No entanto, o que fazer quando não se entende os próprios direitos?

Segundo Póvoa (2017), o Brasil tem em média 200 mil leis. Essa gama de normas não apresenta uma linguagem de fácil entendimento, resultando assim, em um desconhecimento legal da população. O professor de Direito Constitucional Motta (2009) afirma que: “Um dos maiores tormentos que afligem os postulantes a cargos públicos [...] quando o candidato se depara, pela primeira vez, com uma lei qualquer, sente-se confuso, disperso e desestimulado”.

Através desse fragmento, é perceptível a dificuldade das pessoas que se prepararam para um concurso na compreensão de leis. E, se pessoas que buscam um concurso público e estudaram diferentes áreas do conhecimento para tal apresentam confusão, deve-se imaginar como será difícil para pessoas que não possuem metodologias técnicas para compreensão das leis.

Pensando nessa perspectiva, subentende-se que é necessário saber interpretar as propostas das leis, tendo assim compreensão textual. Mas, o Brasil apresenta certo déficit quanto a leitura e aprendizagem. Um relatório do Banco Mundial “Learning to Realize Education’s Promise”, em que foi feita uma estimativa em relação a quanto tempo irá demorar para que o Brasil possa atingir um nível de educação semelhante ao de países com desenvolvimento em leitura, aponta que serão em média 260 anos, já que o país se desenvolve lentamente. Este impasse resulta em maior dificuldade de compreensão textual, já que leitura e compreensão estão interligadas (WORLD BANK, 2018).

Este cenário deficitário se estende também para a aprendizagem. Segundo o relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, denominado “Alunos de baixo desempenho: por que ficam para trás e como ajudá-los?” publicado na Revista Exame, o Brasil se encontra como o segundo pior país em nível de aprendizagem num total de 64 países analisados. E ainda mais, “cerca de 12,9 milhões de estudantes com 15 anos de idade – de um total de 15,1 milhões que compõem o universo do estudo – não têm capacidades elementares para compreender o que lêem” (NETTO, 2018). Ainda segundo a OCDE, recomenda-se que os governos ofereçam às pessoas que têm tais debilidades no aprendizado e compreensão as devidas estratégias para, assim, sanar tais dificuldades.

O trabalho a ser desenvolvido visa elucidar as leis brasileiras de Direito Constitucional, apresentando a população um caminho diferenciado para chegar ao conhecimento, unificando as áreas do Direito e da Informática, através de outra linguagem, voltada a animação, com o objetivo de trazer realce ao direito à informação para todos, auxiliando pessoas com dificuldade de compreender textos mais complexos, que são bem característicos das leis, abrangendo assim, uma grande parcela da população. Por não haver trabalhos com animações voltados para o mesmo objetivo, toma-se como base materiais que tratam de animações em geral e, a partir de tais, construir a ideia dessa obra.

2 | BASE CONCEITUAL

A mente humana racionaliza não só com palavras, mas também com imagens. Segundo Medina Filho (2013, p. 264) “não há pensamento apenas verbal, sem a presença de imagens” e assim, o aprendizado se torna uma concatenação entre textualização e imaginação.

Na animação, tem-se a grande presença dos movimentos que darão significado ao enredo, assim, é necessário apenas alterar o tempo do movimento para que a ideia das ações executadas possa ser, conseqüentemente, alterada também. “Algo como um piscar de olhos pode ser rápido ou lento. Se for rápido, o personagem parecerá estar alerta; se for lento, estará cansado” (WOLF; VIEIRA, 2015, p.28). Ainda segundo Wolf e Vieira (2015), “os movimentos/gestos são a forma de comunicação mais utilizada, seguidos pela fala” e “o homem extrai significados e sensações uns dos outros a partir dos movimentos”. Dessa forma, percebe-se o controle que a animação tem sobre compreensão e sentido que alguém coloca sobre um enredo que é retratado pela “simples” presença do movimento.

Ela - a animação -, ainda como uma linguagem híbrida, ou seja, verbal e não verbal, trabalha transmitindo o conhecimento de uma forma em que o pensamento compreende, e dessa forma, apesar de autores destacarem possíveis dualidades que a imagem animada possa trazer, a proposta de ensino desenvolvida através das imagens, apresenta elementos que impedem o distanciamento do propósito central da lei a ser elucidada, como características visuais e verbais que remetem à realidade a ser explicada.

Segundo Spuri et al. (2014) “a utilização de desenhos animados, permite a formação de uma consciência crítica[...]”. Assim, ao usar a metodologia de ensino alinhada a atual tecnologia da animação, permite-se, com obtenção de uma leitura diferenciada do conhecimento promulgado no século XX sobre direitos do cidadão, construir uma criticidade sobre o tema abordado.

3 | TERMINOLOGIAS DA LEGISLAÇÃO

A percepção da palavra “dispositivo”, presente no título do artigo, pressupõe dualidades. A sua complexidade pode apresentar várias interpretações dependendo da área do conhecimento que está sendo abordada. Essa terminologia, para a área jurídica, é utilizada para referenciar normas, preceitos ou artigos de lei, algo que se prescreve ou ordena (HOUASSIS, 2009). E, assim como esse termo, existem outros que podem comprometer o entendimento de quem lê as leis ou artigos por causa de complexidade ou dualidade.

4 | METODOLOGIA

Para efeito de pesquisa foi realizado um recorte inicial do ART 5 da Constituição Federal do Brasil, onde 5 (cinco) dispositivos foram aplicadas em um questionário numa ferramenta de tecnologia *web*, o *Google Forms*, com intuito de identificar a dificuldade de compreensão do público alvo, composto por um grupo de 72 pessoas, entre eles estudantes do ensino médio e adultos, com o objetivo de identificar as que apresentaram um maior grau de dificuldade.

As perguntas do formulário eram: se os entrevistados compreenderam a lei citada, o que prejudicava seu entendimento e, se propostas visuais ajudariam na compreensão. A partir da coleta dessas informações, iniciou-se a produção de um roteiro de animação com o objetivo de aproximar o texto ao material disponibilizado via formulário através de uma produção de esboços dos desenhos, os quais foram feitos à mão (Figura 1) pelo desenhista Ítalo Silva.

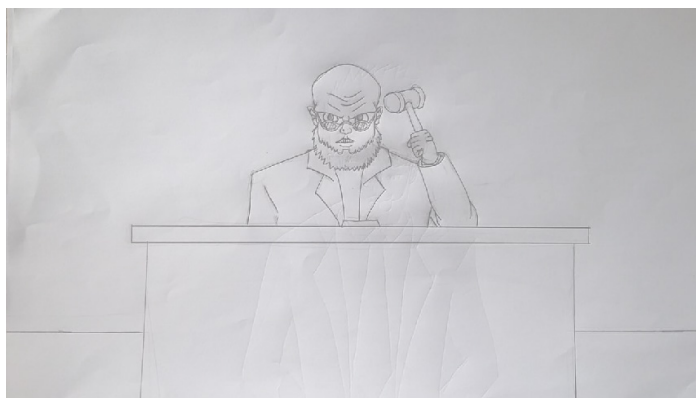


Figura 1—Exemplo de esboço feito à mão

Fonte: Ítalo Silva (2018).

Em seguida, a equipe fez a projeção dos desenhos para um programa de desenho vetorial de duas dimensões, no qual os esboços foram vetorizados e assumiram suas versões finais em desenho. Esse cenário é importante para a organização da animação, dado que a ideia é colocar as imagens dispostas de forma sequencial, com certa velocidade e isso, se deve ao processo de vetorização, alinhando aos detalhes das imagens, que devem ser os mesmos e que não exista alterações que possam modificar a essência dos personagens e dos cenários durante a realização do movimento.

5 | ENREDO DA ANIMAÇÃO

Antes de expor o enredo é importante enfatizar que para realizar um estudo de pesquisa como este, é necessário e fundamental que exista um profissional formado na área, ser bacharel em Direito e/ou ser aprovado na prova da ordem dos advogados brasileiros (OAB) e, dessa forma, ter-se-á garantia de que o produto animado tem

fundamento e aprovação da área. Ademais, tal profissional aprovou e fez as devidas correções o enredo utilizado do processo construtivo.

No cenário, temos um prefeito indo em direção a uma casa com o nome: “Câmara dos deputados”. Em seguida, aparece uma placa com o nome, “Contrato para a construção da Escola Municipal”. O deputado dá o dinheiro ao prefeito (Figura 2), para fazer a construção da escola. Então, aparece dinheiro nessa placa o qual vai acumulando.

No entanto, o prefeito, ao invés de estar pensando na construção, aparece ele pensando (pequenos balões de pensamento) em carros e no dinheiro para uso próprio.



Figura 2

Fonte: os autores (2018).

Depois, o dinheiro que estava na plaquinha vai sumindo aos poucos.

Surge então uma jornalista junto com uma câmera. Simultâneo à jornalista, aparece a imagem do cofre vazio e a frase “Prefeito rouba dinheiro para escola”.

Na notícia da jornalista surge, em seguida, a imagem da população manifestando numa tela ao lado da mesma. Tais manifestantes serão representados por um grupo de pessoas com cartazes como “Dinheiro de volta”, “Escola para as crianças” (Figura 3), (Figura 4).



Figura 3

Fonte: os autores (2018).



Figura 4

Fonte: os autores (2018).

Após a cena do jornal aparece um representante da manifestação segurando papéis (característico de ofício) e entrega para um juiz numa mesa. (No cenário consta um juiz numa mesa e o representante vindo para a mesa). O representante entrega os papéis ao juiz e aparece escrito no papel “Ofício: Ação Popular”.

Aparece em cena o juiz batendo o martelo (Figura 5), (Figura 6), (Figura 7).

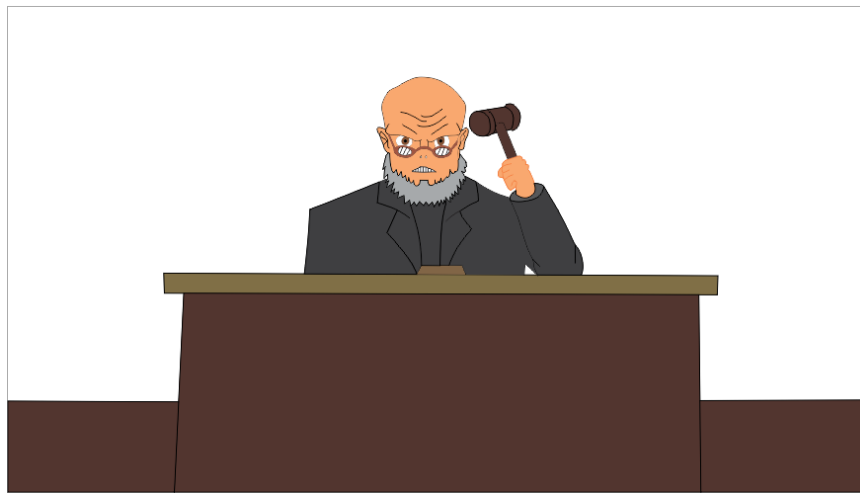


Figura 5

Fonte: os autores (2018).



Figura 6

Fonte: os autores (2018).

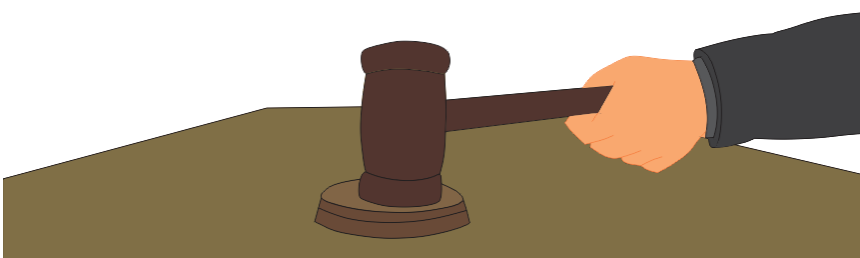


Figura 7

Fonte: os autores (2018).

Retorna-se, na cena, para o jornal e apresenta-se a imagem do prefeito de cabeça baixa e abaixo a frase “Ação Popular consegue dinheiro de volta”.



Figura 8

Fonte: os autores (2018).

Surge então imagem de cofres com muito dinheiro.

6 | ANÁLISE DO ENREDO

O enredo produzido é referente ao inciso LXXII da Constituição federal de 1988. É perceptível que a produção está sendo construída baseada em situações do cotidiano, com objetivo de facilitar a informação que irá ser passada através da animação, além de ser uma forma de cativar a atenção das pessoas. Dessa forma, ao utilizar dentro da trama, por exemplo, ocorrências como corrupção e comoção popular, tenta-se ter uma aproximação maior entre o dispositivo e a pessoa que o estará tentando compreender, já que, tais ocorrências estão visivelmente presentes na realidade da população brasileira.

Para Bugay (2004, apud WOLF; VIEIRA, 2015, p.26) “no ser humano, habita a necessidade infinita de contar histórias. Somos movidos pelos contos e experiências que tivemos ou ouvimos [...]”. Essas experiências com as histórias / contos que o ser humano obtém, podem resultar em um interesse pelo que está sendo abordado, e assim, a busca pelo aprofundamento no assunto.

7 | ETAPA DE VETORIZAÇÃO: DA TRANSFORMAÇÃO AO MOVIMENTO

Nesta seção serão analisadas algumas das imagens vetorizadas no processo. Foram apenas selecionadas algumas que trariam em síntese o enredo, para evitar sobrecarga no artigo, as quais já foram anexadas ao artigo na seção “Enredo”.

Na figura 2, é visível a ação do personagem do prefeito recebendo dinheiro

para realizar a construção de uma escola, mas o prefeito ao invés de ter ideias e pensamentos referentes a escola, possui pensamentos relacionados a bens materiais e luxo, os quais dão a ideia de corrupção para o prazer do personagem.

Na figura (3) é possível perceber que os integrantes que estão segurando as placas estão com os braços em uma posição flexionada, enquanto na imagem (4) os mesmos estão com os braços retos, indicando movimento. É notório que as figuras 3 e 4 retratam, através de gestos, a indignação dos participantes da manifestação pelo ato desonesto realizado pelo prefeito, o qual desviou o dinheiro público.

A figura 5 dá início a um processo de tomada de decisão sobre a corrupção do prefeito, em que o juiz levanta a mão com o martelo. Através da imagem 6 com o martelo levantado e da imagem 7 com o martelo já em contato com a “mesa” compõe-se o movimento de “bater o martelo” e declara-se uma tomada de decisão. Em seguida, a partir dos traços imagem do prefeito (figura 8), pelo seu olhar e pelo movimento que será feito na animação de piscar de olhos em um tempo lento, é captada a tristeza do personagem. Dessa forma, com a sequência das imagens, em que o prefeito “triste” surgirá após a tomada de decisão do juiz, compreender-se-á que a decisão foi contra o juiz acarretando em alguma punição, que será apresentada no final da animação.

8 | RESULTADOS PARCIAIS

Por conseguinte, através dos resultados obtidos no questionário, observou-se que o inciso LXXIII teve o menor índice de compreensão dentre as cinco utilizadas.

[...]LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência[...]. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2016).

No inciso LXXIII apenas 24,7% dos participantes votaram em “Sim” para compreensão, os outros 75,3% responderam que não compreenderam ou compreenderam de forma mediana, sendo que desses 75,3%, aproximadamente 59,6% não compreenderam ao menos de forma mediana.

Dentre os pontos marcantes que poderiam ser prejudiciais ao entendimento, o que mais se destacou foi a linguagem difícil (80,8%), o que reforça a ideia de que, a linguagem necessita de uma adaptação. Além disso, muitos dos entrevistados (39,7%) relataram que o texto seria confuso. Dados disponíveis no gráfico 1.

Depois de ter respondido ao questionário, marque o que prejudicou o seu entendimento.



73 respostas

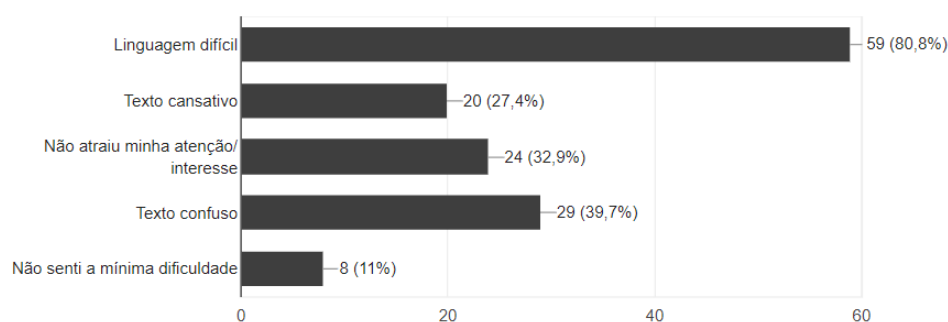


Gráfico 1 – Aspectos prejudiciais ao entendimento

Fonte:Os autores (2018)

E, em contraposição à difícil linguagem das leis, a animação traz uma linguagem mais compreensível e, promovem, de acordo com Junior et al. “o encantamento [...] por fazer uso de imagens sequenciais, cores, sons e situações vivenciadas pelos personagens” e funcionam “[...] como um recurso atrativo”. A partir disso, o gráfico abaixo (gráfico 2) comprova que, as pessoas se sentem atraídas ao uso visual para compreender a legislação.

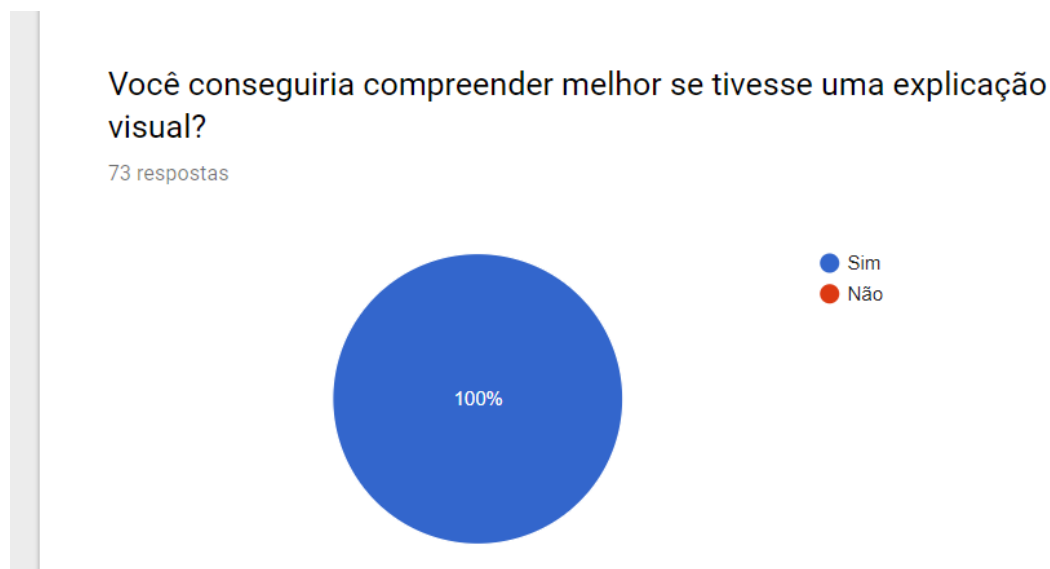


Gráfico 2 - Compreensão por explicação visual

Fonte:Os autores (2018)

9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo desse artigo é a Constituição Federal de 1988, mas o recurso

de animação pode ser aplicado em outras legislações que possuem essa linguagem complexa, como o Código do Consumidor e Constituição Penal, ou qualquer ramificação do Direito.

Além disso, é necessário salientar que esse processo de animação e construção do ensino legislativo está em andamento e tem como previsão para término até o final do ano de 2018. Já foram produzidas imagens e transformadas no formato vetorial bidimensional, sendo que, em seguida, terá o processo de animação de tais vetores. Com a obtenção do produto final, planeja-se elaborar uma demonstração desse produto a um grupo de pessoas com o fim de receber um *feedback* dos envolvidos e, com base nesse retorno, aprimorar as estratégias já existentes, ou, se necessário, edificar novas estratégias de construção do produto.

Planeja-se também compartilhar as animações via *web* de forma que os usuários tenham livre acesso ao produto final.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Ilana Trombka. Brasília: [s.n.], 2016. 17 p.

HOUASSIS, Antonio. **Dicionário Houassiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p.

Medina Filho, A. L. (2013). **Importância das imagens na metodologia de pesquisa em psicologia social**. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 263-271.

MOTTA, Sylvio. **Para entender a lei, é preciso saber como ela foi escrita**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2009-jun-12/interpretar-lei-imprescindivel-compreender-ela-foi-escrita>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

NETTO, Andrei. **Brasil é 2º país com pior nível de aprendizado, diz estudo. 2016**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/ciencia/brasil-e-2o-pais-com-pior-nivel-de-aprendizado-diz-estudo/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

PAULA, Eder Spuri de; NASCIMENTO JUNIOR, Antonio Fernandes. O Desenho Animado Como Ferramenta Pedagógica: Relato De Uma Experiência Na Disciplina De Ensino De Ciências. **Revista de Ensino de Biologia**, Niterói, Rj, p.1662-1673, 2014.

PÓVOA, Liberato. **O Brasil – pasmem! – tem quase 200 mil leis, e muitas sem nexos**. Disponível em: <<https://www.dm.com.br/opiniao/2017/05/o-brasil-pasmem-tem-quase-200-mil-leis-e-muitas-sem-nexo.html>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

WOLF, Paulo Henrique; VIEIRA, Milton Luiz Horn. Design de animação: concepção de personagem e captura de movimento. **Projetica**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.25-38, 15 out. 2015. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-2207.2015v6n1p25>.

World Bank. 2018. World Development Report 2018: Learning to Realize Education's Promise. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-1096-1. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-303-3

